



PODER

STF é a nova missão de Lula para Dino

Mesmo contra a vontade de ala do PT e ante críticas à atuação na Justiça, ministro está perto de vaga na Corte. Gonet é indicado à PGR

» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert / PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu fim, ontem, a dois meses de indefinição e indicou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, ao Supremo Tribunal Federal (STF), e o subprocurador Paulo Gonet Branco à Procuradoria-Geral da República (PGR). O martelo foi batido após reunião fora da agenda, convocada pela manhã no Palácio da Alvorada. O petista anunciou a decisão pelas redes sociais, pouco antes de embarcar para a Arábia Saudita — ele só volta para o Brasil na semana que vem. Os nomes foram enviados ao Senado, onde passarão por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo plenário.

A sabatina de Dino ocorrerá no próximo dia 13, conforme anunciou o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP). O relator será o senador **Weverton Rocha** (PDT-MA). A avaliação de Gonet deve ser entre os dias 13 e 15.

Dino era um dos favoritos para ocupar a vaga aberta com a aposentadoria da ministra Rosa Weber, mas sofreu uma série de reveses nos últimos dois meses, que colocaram em dúvida sua indicação. A crise na segurança pública do Rio de Janeiro, por exemplo, fez com que Lula considerasse não abrir mão dele na pasta. Além disso, a revelação de que secretários do ministério receberam em audiência a mulher do líder do Comando Vermelho do Amazonas também foi usada como munição contra o ministro.

No fim de semana, porém, cresceu a expectativa de que Dino seria o indicado. Ele concorria com o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, e com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas. Na quinta-feira passada, em jantar com ministros do Supremo, Lula havia sinalizado que Dino e Gonet seriam os escolhidos.

Ontem, o ministro da Justiça foi chamado por Lula ao Alvorada às 9h, para um encontro fora da agenda oficial. Gonet chegou horas depois. Também participaram o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), e os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Márcio Macedo (Secretaria-Geral da Presidência da República), Paulo Pimenta (Secom), e Messias.

Nas redes sociais, Dino se disse “honrado” com a escolha e prometeu articular sua aprovação no Senado. Com mandato de senador, ele deve enfrentar forte resistência por parte da bancada oposicionista. Apesar disso, Lula conversou com líderes da Casa antes de oficializar a indicação, para medir a temperatura, e decidiu manter o nome de seu ministro. “Agradeço mais essa prova de reconhecimento profissional e confiança na minha dedicação à nossa nação”, declarou Dino.

Integrantes do Executivo celebraram a escolha de Lula e prometeram trabalhar pela aprovação de ambos os indicados. “Os dois escolhidos têm grande competência técnica e experiência na vida pública e corroborarão para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”, frisou Padilha. Alckmin também



Paulo Gonet

Conservador e religioso

O subprocurador-geral da República Paulo Gonet é um constitucionalista tido por seu pares como conservador, religioso, ponderado e conciliador. Gosta de caminhar, e os amigos brincam que é um “glutão” — aprecia uma boa comida.

Ele formou-se em direito pela Universidade de Brasília (UnB) e é mestre em direitos humanos pela Universidade de Essex. Tem doutorado em direito, Estado e Constituição pela UnB.

Gonet integra os quadros do Ministério Público Federal desde 1987, foi sócio do ministro Gilmar Mendes no Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e hoje é vice-procurador-eleitoral, tendo atuado nas ações que levaram à inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Se o nome hoje é o favorito do petista, também já teve sua indicação avaliada pelo então presidente Jair Bolsonaro em 2019. Gonet chegou se reunir com o ex-chefe do Executivo à época, ocasião na qual Bolsonaro indicou que queria um PGR alinhado ao seu governo. A escolha acabou sendo por Augusto Aras.

Colegas de trabalho descrevem Gonet como um homem com “sentido de família” e reservado. É tido como conservador — em especial diante de pautas de costumes, em razão de religiosidade.

Desafeto do ministro

Weverton Rocha fez parte da base política de Flávio Dino no Maranhão, mas rompeu com o antigo aliado durante as eleições de 2022. Em agosto deste ano, os dois estiveram juntos em entrevista coletiva em São Luís. Na ocasião, em agenda com o governador em exercício, Felipe Camarão (PT), o ministro negou que estivesse se reconciliando com o parlamentar. Dino afirmou que não se tratava do momento de eleições, mas de trabalho conjunto.

se manifestou: “Ambos profundos conhecedores da ciência do direito e comprometidos com os princípios democráticos e com a boa relação entre os Poderes da República”, destacou.

Os dois precisam passar por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e votação no plenário do Senado.

São necessários 41 votos para a aprovação.

Lula anunciou as indicações agora na esperança que sejam aprovadas pela Casa ainda neste ano. Em coletiva de imprensa, Pacheco anunciou que vai propor um esforço concentrado para que os nomes sejam votados entre 12 e 15 de dezembro,



O presidente Lula me honra imensamente com a indicação para ministro do STF. Agradeço mais essa prova de reconhecimento profissional e confiança na minha dedicação à nossa nação”

Flávio Dino, ministro da Justiça

Flávio Dino

Ex-juiz federal, filho de advogados

Maranhense e filho de advogados, o ministro Flávio Dino começou a carreira no Judiciário e foi juiz federal da 1ª Região entre 1994 e 2006, quando decidiu ingressar na política. Filiado ao PCdoB, foi deputado federal pelo Maranhão entre 2007 e 2010. Em 2008, na primeira disputa por um cargo no Executivo, acabou derrotado na eleição para a Prefeitura de São Luiz.

Entre 2011 e 2014, Dino atuou como presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), no primeiro governo Dilma Rousseff (PT). Em 2014, se elegeu governador do Maranhão no primeiro turno, com 63% dos votos válidos. Quatro anos depois, em 2018, se reelegeu também no primeiro turno, com 59% dos votos válidos.

No ano passado, filiado ao PSB, conquistou uma cadeira no Senado, com mandato até 2031. Ainda em dezembro, foi anunciado por Lula para comandar a Justiça e Segurança Pública, com o objetivo de “desbolsonarizar” a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Ele vem sendo criticado pela falta de um projeto mais robusto na segurança pública. Em outubro, o governo decretou uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem) em portos e aeroportos no Rio de Janeiro e em São Paulo e lançou um pacote de ações para enfrentar o crime organizado.

junto com outras indicações feitas pelo presidente. Até lá, Dino e Gonet vão percorrer os gabinetes dos senadores para tentar angariar apoio.

Gonet não deve enfrentar dificuldades com os parlamentares. Dino, porém, terá de enfrentar a oposição. Ele é um dos principais alvos no Executivo e sofre ataques desde que assumiu a pasta. O ministro recebeu, por exemplo, uma série de convocações do Congresso para explicar sua atuação durante os atos golpistas de 8 de janeiro, a visita que fez ao Complexo da Maré, a gestão da segurança pública, entre outros assuntos. Segundo o Ministério da Justiça, foram mais de 100 pedidos de convocações e convites, principalmente da Câmara.

» Escolha abre crise no PT

A escolha de Flávio Dino para o STF abalou a cúpula do PT, que não esconde a contrariedade com a indicação. Dirigentes queriam o advogado-geral da União, Jorge Messias, que é próximo do partido. Dino é visto como um rival político, não apenas por bolsonaristas como pela ala majoritária do PT desde que era governador do Maranhão. Nos bastidores, integrantes do comando petista observam que, mesmo no Supremo, nada impede que Dino deixe a Corte para disputar a Presidência da República na eleição de 2030.

Oposição promete luta

Senadores da oposição prometeram tentar barrar o nome do ministro da Justiça, Flávio Dino, para a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). “Para quem quer saber meu voto para a indicação de Flávio Dino para o STF: não! E vou trabalhar ativamente para conseguir mais votos contrários”, disse o senador Magno Malta (PL-ES).

Já Carlos Portinho (RJ), líder do PL na Casa, afirmou que o ministro vai passar vergonha durante a sabatina. Ele declarou que a gestão de Dino é prova de sua incompetência. “Perderam todo o pudor. Aliás, o pouco que restava a este governo Lula. (Dino) Não é um advogado notável. Sua indicação é estritamente política. E, nesse caso, a Constituição não autoriza”, frisou o parlamentar.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou que o Senado tem a “obrigação moral” de rejeitar o nome de Dino, a quem ele chamou de “perseguidor de políticos”. Em uma série de manifestações no X, o parlamentar — titular na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde o ministro será sabatinado — frisou que Dino “desdenha” do Legislativo, citando os confrontos do ministro com os parlamentares ao longo deste ano.

Flávio também citou o caso das reuniões de assessores do Ministério da Justiça com a mulher de um líder do Comando Vermelho na sede da pasta em Brasília. “Dino é a favor do aborto, de liberar drogas, desdenha do Parlamento, entra sem a polícia em local dominado pelo tráfico no RJ, seus assessores receberam a ‘dama do tráfico’ no MJ. Cabuloso!”

Aliados de Bolsonaro dizem que o titular da Justiça é “revanchista” e destrói o Congresso.

Abaixo-assinado

Além das manifestações dos opositores ao governo Lula, o partido Novo lançou um abaixo-assinado virtual contra a indicação de Dino ao STF. Chamado de #DinoNao, a iniciativa colheu sete mil assinaturas até o fim da tarde de ontem. O presidente do partido, Eduardo Ribeiro, chamou Dino de “omisso” e “ministro autoritário”. “Se não bastasse tudo isso, ainda abriu as portas do Ministério da Justiça para ONGs ligadas ao crime organizado fazerem lobby livremente”, afirmou.

Já o senador Eduardo Girão (Novo-CE) criticou a postura de Dino em faltar a audiências no Congresso Nacional e citou o fato de o Ministério da Justiça não ter entregue um pacote de imagens da sede da pasta no 8 de janeiro.

“Já temos um STF tão criticado, tão questionado como um tribunal político, e agora colocar um outro político, que tem a revanche e a vingança como instinto, que faz deboches nas suas entrevistas. É assim que Lula realmente mostra seu espírito de que não quer pacificar o país de maneira alguma. Isso é muito evidente”, afirmou, por nota. (Agência Estado e VC)